



www.iese.ac.mz

A (ir)relevância da ITIE em Moçambique

Rogério Ossemane

**Academia de Ciências de Moçambique
Conferência Preparatória da VII Sessão do Plenário
Maputo, 26 de Julho de 2012**

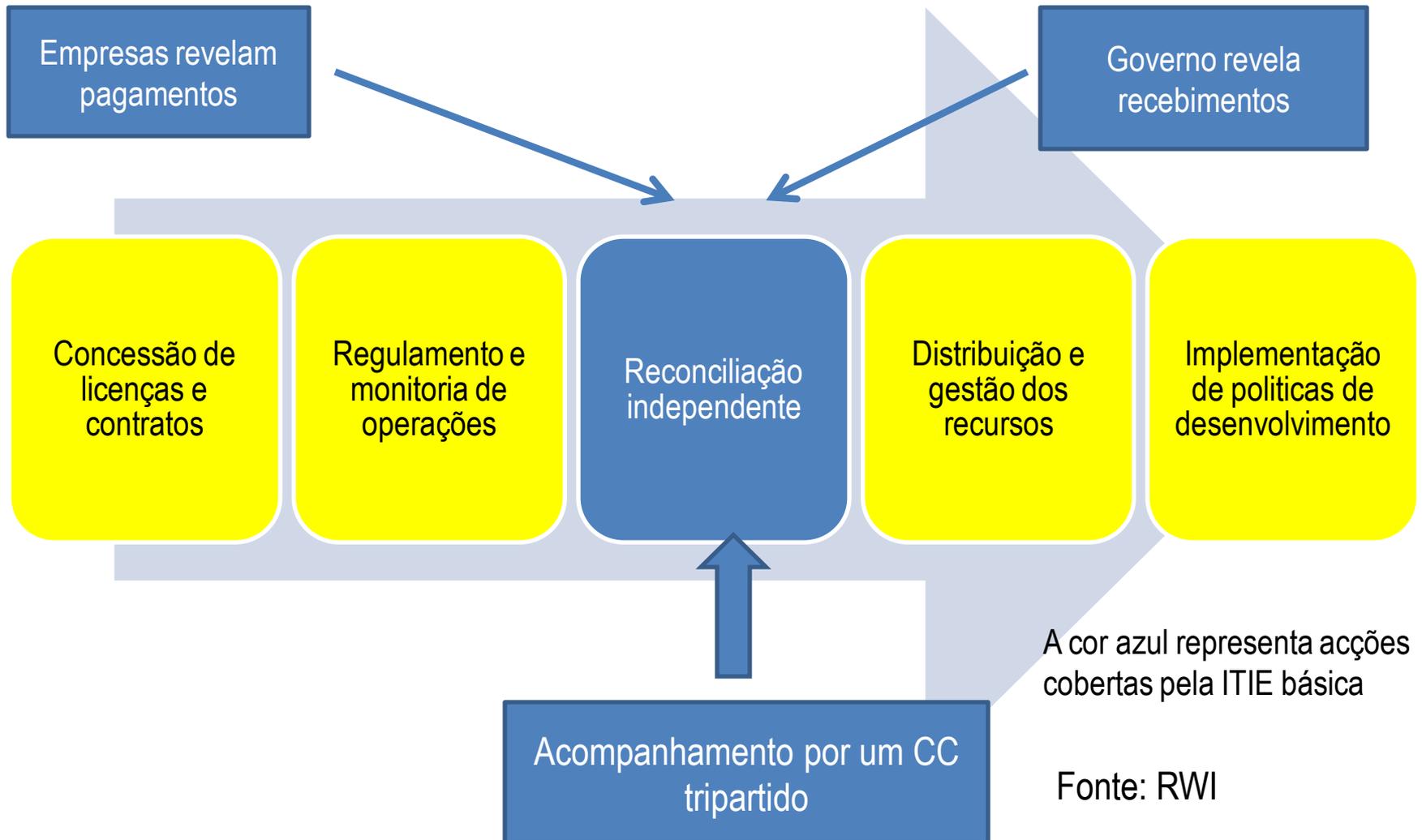
Estrutura da apresentação

- Introdução: porque é importante falar da ITIE?
- A ITIE dentro da cadeia dos recursos para o desenvolvimento
- A implementação da ITIE em Moçambique
- Os dados dos relatórios: contributo do sector extractivo para economia
- Como a ITIE responde aos desafios de transparência e responsabilização de uma economia de natureza extractiva

Introdução: porque é importante falar de ITIE?

- A ITIE é uma iniciativa de promoção da transparência na exploração de recursos naturais como um instrumento para promover a sua boa gestão.
- A ideia expressa ao nível conceptual da ITIE é que a transparência promovida por esta iniciativa demonstra o compromisso do governo em relação a reformas e medidas anti-corrupção, por esta via torna o país mais atractivo ao investimento que, por sua vez, irá contribuir significativamente para o desenvolvimento sócio-económico do país anfitrião. Os cidadãos e a sociedade civil, para além de beneficiarem do desenvolvimento socioeconómico promovido, beneficiam da disponibilidade de informações confiáveis sobre o sector e de uma plataforma, que envolve diversas partes, por meio da qual é mais fácil responsabilizar o governo e as empresas (EITI factsheet 2011).
- O PARP (2011-2014) menciona a ITIE como um instrumento para a boa gestão dos recursos naturais de forma a aumentar o seu aproveitamento para a economia nacional e comunidades locais.
- Até que ponto a ITIE responde aos desafios de transparência especificamente ligados a natureza extractiva da economia (fraca apropriação nacional da riqueza gerada, concentração das actividades produtivas e comerciais, reduzido impacto do crescimento na redução da pobreza, dependência do investimento privado em relação aos interesses do capital externo)?

A ITIE básica dentro da cadeia dos recursos para o desenvolvimento



A relevância da ITIE depende de contextos específicos

Recomendação para que os países caminhem para além da ITIE básica para que a Iniciativa responda aos desafios específicos mais relevantes em cada contexto. A ITIE providencia o fórum para o diálogo e a plataforma para mudanças mais amplas.

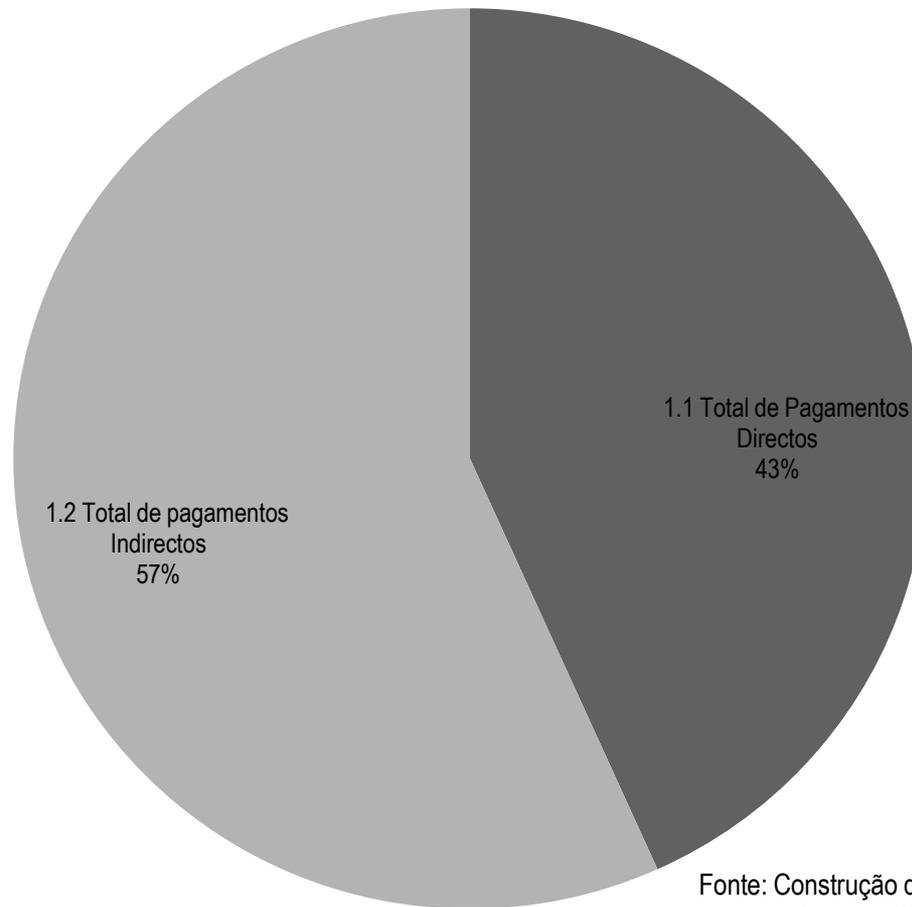
A implementação da ITIE em Moçambique

- Formação do comité de coordenação tripartido (governo, empresas e SC) e elaboração do plano de trabalho inicial em Outubro de 2008
- Estatuto de país candidato atribuído em Maio de 2009
- Produção do primeiro relatório de reconciliação em Janeiro de 2011 e o segundo em Março de 2012
- Decisão do primeiro processo de validação: progressos significativos
- Alargamento do prazo para tomar medidas correctivas e decisão final até a data limite de Fevereiro de 2013.

Pagamentos totais e por categoria de pagamento efectuados pelas empresas do sector extractivo ao Estado em 2008 e 2009 (MZN)

Categorias de Pagamentos	2008	2009
Pagamentos totais	529.666.233	1.273.878.459
Total de Pagamentos directos das empresas	269.533.416	551.170.153
<i>IRPC</i>	70.378.722	95.068.563
<i>Imposto sobre a produção pago em dinheiro</i>	96.315.552	54.725.413
<i>Imposto sobre produção pago em espécie</i>	93.024.000	101.759.490
<i>Imposto de superfície</i>	9.815.142	15.864.288
<i>Licenças</i>	0	11.576.080
<i>Dividendos</i>	0	11.200.325
<i>Fundo de capacitação institucional</i>	nd	91.328.899
<i>Fundo de contribuições sociais</i>	nd	67.675.155
<i>Contribuições sociais</i>	nd	101.971.940
Total de pagamentos indirectos (por via) das empresas	260.132.817	722.708.306
<i>Retenções na fonte</i>	106.493.522	454.194.875
<i>IRPS</i>	153.639.295	268.513.431

Proporção de pagamentos directos e indirectos do sector extractivo em 2009



Fonte: Construção do autor com base em dados de Ernst & Young 2012

Pagamentos totais e por categoria de pagamento efectuados pelas empresas do sector extractivo em 2008 e 2009, considerando apenas as empresas e categorias de pagamentos incluídas em ambos relatórios (MZN)

Categorias de Pagamentos	2008	2009	Variação
Total de pagamentos	529.666.233	464.893.721	-12%
Total de pagamentos directos das empresas	269.533.416	202.506.457	-25%
<i>IRPC</i>	70.378.722	38.704.866	-45%
<i>Imposto sobre produção (em dinheiro)</i>	96.315.552	51.390.943	-47%
<i>Imposto sobre produção em espécie (1)</i>	93.024.000	101.759.490	9%
<i>Imposto de superfície</i>	9.815.142	4.202.929	-57%
<i>Licenças</i>	0	5.000	
<i>Dividendos</i>	0	6.443.229	
Total de pagamentos indirectos (por via) das empresas	260.132.817	262.387.264	1%
<i>Retenções na fonte</i>	106.493.522	82.982.007	-22%
<i>IRPS</i>	153.639.295	179.405.257	17%

Fonte: Ossemane, R. (2012). É a ITIE relevante para melhorar a gestão dos recursos naturais em Moçambique? Uma análise crítica da experiência in Desafios para Moçambique 2012

Estrutura da retenção de receitas de exportação de dois projectos pela economia nacional em 2009 (como % das receitas de exportação)

	Kenmare	Sasol	Total
Receitas de Exportação (US\$ milhões)	45,3	123,3	168,6
Pagamentos totais como percentagem do valor das exportações	7,6%	7,1%	7,2%
Pagamentos directos das empresas	2,5%	6,4%	5,4%
<i>IRPC</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,003%</i>	<i>0,0%</i>
<i>Imposto sobre a produção pago em dinheiro</i>	<i>1,7%</i>	<i>0,9%</i>	<i>1,1%</i>
<i>Imposto sobre produção pago em espécie (1)</i>	<i>0,0%</i>	<i>3,0%</i>	<i>2,2%</i>
<i>Imposto de superfície</i>	<i>0,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>
<i>Fundo de capacitação institucional</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,1%</i>	<i>0,1%</i>
<i>Contribuições sociais</i>	<i>0,7%</i>	<i>2,4%</i>	<i>1,9%</i>
Pagamentos indirectos (por via) das empresas	5,1%	0,7%	1,8%
<i>Retenções na fonte</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,3%</i>
<i>IRPS</i>	<i>4,6%</i>	<i>0,5%</i>	<i>1,6%</i>

Fonte: Ossemane, R. (2012). É a ITIE relevante para melhorar a gestão dos recursos naturais em Moçambique? Uma análise crítica da experiência in Desafios para Moçambique 2012

Relação (rácio) entre o contributo agregado do imposto sobre o rendimento de capital (IRPC) e do imposto sobre o rendimento do trabalho (IRPS), com e sem incentivos fiscais sobre os rendimentos de capital da Mozal e Sasol

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rácio IRPC/IRPS com incentivos fiscais	88	60	55	50	40	42	53	67	91	96	96	114
Rácio IRPC/IRPS sem incentivos fiscais	nd	nd	nd	nd	43	107	127	149	173	149	135	128

Fonte: (Castel-Branco 2012a)

Nota: Se o rácio for igual a 100, o contributo dos dois é igual. Se for superior a 100, o contributo do rendimento do capital é superior ao do rendimento do trabalho. Naturalmente, se o rácio for inferior a 100, o contributo do rendimento do capital será inferior ao do trabalho. Por exemplo, se o rácio for 50 (2002), o contributo do capital será exactamente metade do contributo do trabalho.

Leitura da informação

- Pequeno contributo fiscal directo das empresas e decrescente contributo directo médio por empresa;
- Ou seja, os ganhos da exploração dos recursos naturais ficam maioritariamente nas mãos das empresas e o Estado recebe montantes irrisórios. Por cada 1.000 dólares que a Sasol e Kenmare exportaram em 2009, 946 dólares ficaram com as empresas (para pagar os seus custos de capital e operacionais, lucros e dividendos) e apenas 54 dólares foram pagos por estas empresas ao Estado;
- Relativamente maior esforço fiscal dos trabalhadores em relação ao capital;
- Reduzido contributo fiscal devido ao regime fiscal excessivamente generoso e práticas de *mispricing* não controladas pelo governo. Estes dois aspectos desviam muito mais recursos dos cofres do Estado do que a não declaração de recebimentos por parte do governo (fase monitorada pela ITIE)
- Tomando como exemplo apenas uma empresa, a Sasol PT, a perda de receita fiscal devido a benefícios por via do IRPC superam as discrepâncias encontradas no sector em mais de 12 vezes.
- O pagamento em dinheiro do imposto sobre a produção em 2009 caiu em 67% em relação a 2008 quando as receitas de exportação de gás e condensado caíram em 20%. Se o imposto sobre a produção tivesse caído na mesma proporção das exportações, o valor pago pela Sasol seria 8 vezes superior ao total da discrepância encontrada no sector extractivo.

Como a ITIEM responde aos desafios impostos por uma economia de natureza extractiva?

- A ITIE permite obter informação sobre o contributo do sector extractivo para a economia e se os pagamentos feitos pelas empresas de facto chegaram aos cofres do Estado. Entretanto, não permite saber se as empresas pagaram o que deveriam ter pago e qual o destino dados a esses pagamentos. Estes aspectos são fundamentais na distribuição dos ganhos da actividade extractiva.
- Portanto, a ITIE não aborda as questões mais relevantes relacionadas com o desvio de fundos dos cofres do Estado e com a socialização dos ganhos da actividade extractiva. A ITIE:
 - Não controla a transparência no processo de atribuição de licenças e uso de recursos (infra-estruturas, água, terra, energia);
 - Não controla se o governo fez um bom negócio (termos do contrato);
 - Não controla se as empresas pagam o que devem (sub-declaração da matéria tributável);
 - Não controla o uso dos fundos gerados pelo sector; e
 - Não está ligado a nenhum mecanismo de responsabilização.
- Os desvios de recursos mais relevantes são realizados pela facilitação redundante e fraco monitoramento da extração e exportação da riqueza do país pelas companhias privadas sem devida consideração pela partilha ampla dos ganhos. Esta partilha pode ser feita através de ligações produtivas, emprego, fiscais e sobretudo pelo uso das rendas geradas no sector para diversificação da base produtiva e de comércio.
- Esta natureza extractiva da economia, que é reforçada pela implementação das políticas públicas, resulta em ganhos reduzidos para o Estado e, portanto, os incentivos para a corrupção serão concentrados nas fases onde é possível realizar ganhos pessoais mais elevados: na apropriação dos recursos para aliança com o capital externo, na negociação de obrigações reduzidas para com o Estado, na sub-declaração das riquezas exploradas, e na afectação das despesas públicas.
- O cometimento do governo em relação a transparência para boa gestão dos recursos naturais deve se concentrar nestas fases. O secretismo em relação a estes processos não beneficia os interesses de desenvolvimento alargado. O desenvolvimento alargado deve ser prioridade do governo e não das empresas, portanto o governo deve ser impulsionador deste tipo de transparência.

Obrigado

- Rogerio.ossemane@iese.ac.mz
 - www.iese.ac.mz